

## EM TEMPOS DE “PRIVATIZAÇÃO” DA REFORMA AGRÁRIA, A NECESSÁRIA PRÁXIS DO BEM COMUM

**Ms. Mieceslau Kudavicz**

Agente da Comissão Pastoral da Terra/MS

[mie3l@uol.com.br](mailto:mie3l@uol.com.br)

**Profa. Dra. Rosemeire A. de Almeida**

Docente na UFMS/CPTL. Bolsista da Capes – Proc. N° 17662-12-5

[rosemeire.almeida@ufms.br](mailto:rosemeire.almeida@ufms.br)

### ANTES TERRA CORTADA, AGORA NEM TERRA...

Este texto é fruto de reflexões propiciadas pelas pesquisas realizadas nos campos sul-mato-grossenses junto às famílias assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul – em especial na última década, bem como dos debates no Grupo de Estudos Terra Território (GETT-UFMS). O contexto das questões que vamos tratar tem como postulado a compreensão de que, apesar de serem várias as causas dos descaminhos da Reforma Agrária no MS, a falta de vontade política em executar as ações previstas na Constituição Brasileira, entendida como uma prática de negação do papel social e econômico da Reforma Agrária, por parte de órgãos públicos como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (AGRAER), tem sido decisiva para o ostracismo<sup>1</sup> que esta política sofre no governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Outro fator determinante, a par e passo com o primeiro, é a hegemonia no seio do governo federal de um projeto de desenvolvimento que privilegia apoio financeiro ao setor agropecuário voltado à exportação. Situação cujo resultado tem sido o estímulo ao processo concentrador de terra e o aumento abusivo do uso de agrotóxicos no entorno das pequenas propriedades, como é o caso da realidade vivenciada pelos assentamentos rurais da região Leste de Mato Grosso do Sul, onde o complexo celulose-papel se territorializa velozmente e, a nosso ver, de forma irreversível – pelo menos em médio prazo.

E neste enredo de contra Reforma Agrária se junta à corrupção instalada nos órgãos responsáveis que, embora não seja um elemento novo em nossa política, neste contexto ganha destaque propositivo, uma vez que tornou-se sujeito impeditivo da Reforma Agrária, logo que muitos processos acabaram paralisados para averiguação e punição dos culpados – realidade do INCRA em Mato Grosso do Sul. Cabe registrar que foi em decorrência das denúncias de corrupção no INCRA/MS, e também de parte das lideranças dos movimentos e organizações sociais, que motivaram a ação civil impetrada pelo Ministério Público Federal, em setembro de 2010. Esta ação que se colocou como moralizante dos atos praticados pelos órgãos estatais

---

<sup>1</sup> O atual governo brasileiro do Partido dos Trabalhadores (PT), com início de mandato em 2011, apresenta um desempenho pífio em relação à desapropriação de imóveis para Reforma Agrária. Os dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) revelam que a presidenta Dilma, em 2011, registrou a pior marca desde 1995 no assentamento de famílias sem-terra. Apenas 21,9 mil famílias de sem-terra foram assentadas no seu 1º ano do governo. Seu governo, em 2013, caminhava para ser o pior da história da Reforma Agrária brasileira desde a reconquista de democracia em 1985, uma vez que não tinha assinado nenhum decreto desapropriatório, situação que mudou em virtude da forte pressão dos movimentos sociais do campo que culminou na publicação de decretos desapropriatórios em dezembro de 2013.

contribuiu, em grande parte, para agravar a situação de paralisia dos processos de Reforma Agrária. Entre as medidas requeridas pelo Ministério Público destacamos duas:

- 1 - Suspensão de todos os processos de aquisição/desapropriação, até o levantamento ocupacional dos Assentamentos Rurais no Estado de Mato Grosso do Sul;
- 2 - Suspensão da liberação dos pagamentos das notas fiscais das associações dos assentados para aplicação dos créditos de instalação, até o término da auditoria da Controladoria Geral da União<sup>2</sup>.

Não se trata de questionar a ação da Justiça Federal enquanto prática para apurar desvios da Reforma Agrária. O que merece análise é o fato de que ela produziu desdobramentos que contribuíram para agudizar o latente ambiente de contra Reforma Agrária. Portanto, políticas públicas como crédito, comercialização, assistência técnica, saúde, educação e estradas, fundamentais como ponto de partida para que as famílias beneficiárias se estruturassem nos lotes, entraram em compasso de espera, o que significou, em muitos casos analisados, o fim do sonho da “terra vida/dignidade”. Infelizmente, esta foi e é a realidade dos assentamentos de Mato Grosso do Sul, em especial os projetos da região Leste do Estado, criados a partir de 2008. Neles, as famílias assentadas vivem há quatro anos, ou mais, ainda em barracos improvisados, sem estradas, sem energia, sem créditos, sem dignidade.

A coisa melhor que tem é vida digna. Você não ficar ralando por causa disso, daquilo, se sentindo um objeto. Então é preciso uma vida digna para você sentar numa cadeira, num banquinho, em qualquer lugar, e ter o prato de comida, recheadinho com uma folha em volta (...). Vida digna é não precisar pegar nada de ninguém, tendo sempre o que tirar dentro do lote ou adquirir o dinheiro dentro do lote para comprar fora o que a gente precisa. Então é isso, meu sonho é ter uma vida digna. (Entrevista com assentado no projeto São Joaquim concedida a Rosemeire A. de Almeida em 06 de Agosto de 2013).

Almeida (2011) após trabalho de campo no assentamento Canoas, no município de Selvíria, descreve em artigo publicado no Jornal do Povo de Três Lagoas no dia 07/10/2011, e Correio do Estado no dia 08/10/2011, essa condição dramática em que vivem os assentados na região:

Em visita recente para conhecimento do assentamento Canoas, distante cerca de 90 km de Selvíria/MS, cujo acesso é estrada de terra em condições ruins, constatou-se que essa prática quase toma vulto de drama. Lá existem famílias sem água, luz, casa, saúde, estrada, dignidade. Isoladas no campo, seus vizinhos próximos são os eucaliptais. Há quase dois anos na terra, esperam pelos créditos prometidos pelo Estado, mas há lotes em que o acesso à estrada sequer foi aberto – são 180 famílias, a grande maioria, já fora do lote.

<sup>2</sup> Ministério Público Federal “Ação Cautelar Inominada”, 30 de setembro de 2010, Dourados/MS.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## **CRISE DA REFORMA AGRÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: PORTEIRA ABERTA DA “PRIVATIZAÇÃO”**

A debilidade da presença do Estado nos projetos de assentamentos e, conseqüentemente, o abandono das famílias à própria sorte, tem permitido o que chamamos de privatização da Reforma Agrária. Fenômeno que ocorre na região por duas determinantes articuladas: uma é a existência da “porteira abandonada” da Reforma Agrária por parte do Estado, a outra, a necessidade por parte das papeleiras, leia-se Fibria e Eldorado Brasil, de executarem “ações sociais” com vistas à obtenção das certificações fundamentais para a venda da celulose a partir de um imaginário exitoso de “desenvolvimento sustentável”, dentre outras questões.

Estas empresas do setor de celulose, que se estabeleceram na região Leste do MS, passaram a investir nos assentamentos por meio da implantação de benfeitorias<sup>3</sup>, prática que as projeta, aos olhos das famílias, como parcerias da Reforma Agrária e o Estado, vilão. Estamos nos referindo particularmente à realidade vivida nos assentamentos Vinte de Março e Pontal do Faia, município de Três Lagoas; São Joaquim e Alecrim, município de Selviria; e Pedra Bonita, município de Brasilândia. Nestas áreas conquistadas pelo povo, e que são bens públicos, pois a terra ainda pertence ao INCRA, as citadas empresas implantaram projetos voltados à produção de hortícolas, olerícolas, milho, abóbora, dentre outros. Todavia, a presença das empresas não se restringe à produção e assistência técnica. Há também projetos voltados para o campo educacional via construção de escola no assentamento, formatação de cursos de educação ambiental e ciclos de leitura.

Práticas empresariais que devem ser entendidas num contexto específico, qual seja o de que as empresas receberam volumosos incentivos fiscais (e ambientais) para se estabelecerem na região e que devem conduzi-los em forma de “desenvolvimento sustentável” – leia-se restituir parte destes benefícios em favor da comunidade local na forma de projetos sociais. A isso mescla-se a necessidade de adquirirem o selo de origem que funciona como sinal aos consumidores globalizados que o produto, ou seu componente, é proveniente de uma floresta que não impactou seu entorno, em outras palavras: ambientalmente adequado, economicamente viável e socialmente justo.

Entre os projetos desenvolvidos pelas empresas em parceria com os Projetos de Assentamentos Rurais, destacamos o Projeto Integrado Madeira Alimentos (PIMA) que, tudo indica, é uma espécie de “menina dos olhos” da empresa Fibria, uma vez que, segundo informações das famílias assentadas, a referida empresa condicionou o apoio a outros projetos, como o de hortas orgânicas, a partir do primeiro, isto é, da aceitação e compromisso das famílias com o PIMA.

Possivelmente, a principal explicação para este condicionamento resida na necessidade da empresa, perante aos órgãos financiadores, de rebater leituras críticas de que a expansão dos

---

<sup>3</sup> “Não é bondade, é devolução”, artigo de KUDLAVICZ, Mieceslau e MOTA, Juliana G. B., publicado no Jornal do Povo de Tres Lagoas no dia 17/05/2008.

plantios de eucalipto produz, concomitantemente, redução na produção de alimentos articulado com a busca de minimizar futuras conflitualidades que venham ocorrer na região próxima de expansão dos cultivos – aqui nos referimos aos impactos anunciados por uma ampla bibliografia que, em resumo, se referem à contaminação de comunidades pelo uso de agroquímicos nas monoculturas, bem como a diminuição das águas subterrâneas. É certamente, a partir desta lógica, que é possível entender a declaração da Fibria acerca de sua meta de longo prazo: “atingir 80% de aprovação nas comunidades vizinhas e empenhar-se para que 70% dos projetos de geração de renda apoiados pela empresa tornem-se autossustentáveis”<sup>4</sup>.

### **NÃO FAZER DA NECESSIDADE, VIRTUDE... AGROECOLOGIA É O CAMINHO**

Registra-se que as famílias não são “inocentes úteis”. Parte tem consciência do processo de “privatização” da Reforma Agrária. Mesmo assim, aderem porque, neste momento, é a possibilidade que visualizam para permanecer na terra via estruturação do lote. Incluso o trabalho assalariado nas papeleiras tem sido parte deste duro caminho de ambígua resistência, há casos na região leste do MS em que o projeto de reforma agrária figura como “viveiro” de mão de obra, numa silenciosa corrosão do modo de vida camponês.

Porém, neste ambiente também há espaço para iniciativas públicas que servem de contraponto à ação dirigida pelas empresas como, por exemplo, o projeto de recuperação de nascentes no Assentamento São Joaquim, executado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) com recursos do Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Companhia Energética de São Paulo (CESP), a Escola Municipal do Assentamento São Joaquim, a Associação dos Produtores do Assentamento São Joaquim e da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MS). Nesta linha, destaca-se ainda o projeto “Quintais Produtivos”, implementado pela CPT, que busca orientar os agricultores rumo ao processo de transição da agricultura convencional para a agroecológica.

É evidente que a magnitude das ações desenvolvidas pela CPT e a UFMS, frente ao setor silvicultor na região, são de pouca expressão. Todavia, se revestem de importância na medida em que estabelecem o contraponto entre o interesse público do bem comum e a ação privada, que se esconde na política da doação.

Enfim, a prática de pensar o “bem comum” abre a possibilidade das famílias envolvidas entenderem que a agroecologia não é meramente a substituição de insumos (agroquímicos por fertilizantes orgânicos ou biopesticidas). É, fundamentalmente, uma mudança no modo de pensar a relação do homem com seu entorno a fim de aproximá-lo dos conhecimentos locais. Por exemplo, o controle das sementes rumo à superação da ruptura homem-natureza, que gerou a comercialização desta última como base de expansão e acumulação do sistema capitalista.

Una transición agroecológica social pasa por transcender el control del entramado industrial y corporativo y de los estados y proponer métodos que protejan los

---

<sup>4</sup> Relatório Sustentabilidade 2012, FIBRIA.

bienes comunes – semilla- y que devuelva a los agricultores y agricultoras la función reproductiva de la semilla y su gestión, manejo, evolución, domesticación, conservación y comercialización. Vías sociales y jurídicas por las que los agricultores y agricultoras puedan disponer de la semilla, producto de su obra creativa, pero a la vez protegerla de la privatización. (CALLE COLLADO, VARA SÁNCHEZ, CUÉLLAR, 2006, p. 14).

Portanto, a agroecologia tem princípios e, certamente, o principal deles é sua incompatibilidade com sistemas que produzem concentração de terra, monocultura e centralização da riqueza.

Entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção e de outros sistemas degradantes do meio ambiente (que podem ser mais ou menos intensivos no uso de insumos industriais) a estilo de agricultura que incorporem princípios de base ecológica. [...] por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada ecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL, 2009, p. 294).

Outro elemento importante como resistência a ser considerado nesta reflexão são as políticas públicas que sobrevivem a estes tempos de hegemonia do agronegócio. No caso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos do governo Federal – mesmo nas situações em que estão cruzados com a política das empresas, a exemplo da Fibria no assentamento “20 de Março”, onde há financiamento dos kits para a construção das hortas e assistência técnica para as famílias organizarem a produção. Neste caso, o pressuposto é que se não houvesse a possibilidade de venda da produção para o PAA e PNAE, o projeto financiado pela papeleira teria fracassado como tantos que morreram no campo por não terem canais de comercialização. Indubitavelmente, estas são as políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa que mais tem contribuído para diminuir o abandono dos lotes pelas famílias assentadas. Evidências inequívocas de que a presença do Estado é necessária na Reforma Agrária, não para dirigir, sim para executar as condições objetivas para a recriação camponesa.

Nos assentamentos do MS, onde a Comissão Pastoral da Terra tem atuado, as famílias revelam inclusive que estas políticas têm sido a trincheira da resistência. Observamos que além das famílias demonstrarem felicidade de ver garantida a comercialização dos produtos, há uma melhora da autoestima que extrapola o monetário, porque se refere à visibilidade da importância do camponês como produtor de alimentos, que se alia cada vez mais com mudanças na forma de se organizar para produzir. Ou seja, as famílias que participam do PAA e do PNAE, fornecendo alimentos para doação simultânea ao povo carente e a merenda escolar, estão diversificando a produção nos lotes e, principalmente, produzindo no sistema ecológico. Práticas que contém,

ainda que em estado embrionário, a compreensão da terra e do alimento como bens comuns da humanidade. Eis a esperança!

*Texto possível a quatro mãos quando a práxis transgride as regras da distância geográfica.*

*Três Lagoas/BR – Córdoba/ES, Nov. 2013.*

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire A. A nova fronteira do eucalipto e a crise da reforma agrária. **Boletim DATALUTA**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, dezembro de 2012, número 60. ISSN 217-4463. p. 02-10.

CALLE COLLADO, Ángel, VARA SÁNCHEZ, Isabel, CUÉLLAR, Mamen. **La Transición social Agroecológica**. DUCH, Fernando F. (Coord.). Soberanía Alimentaria. Barcelona: Icaria, 2006.

CAPORAL, Roberto Francisco. Em Defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: Compromisso com as Atuais e Nosso Legado Para as Futuras Gerações. In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V (orgs). **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2009.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica Agrária e a Territorialização do Complexo Celulose/Papel na Microrregião de Três Lagoas**. 2011. 177 f. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2011.